

Corpos dissidentes, plataformização e vigilância algorítmica

Dissident bodies, platformization, and algorithmic Surveillance

Cuerpos disidentes, plataformización y vigilancia algorítmica

Larissa Pelúcio¹  0000-0001-6212-3629

Bruna Irineu²  0000-0003-1158-5000d

Mariah Rafaela Silva³  0000-0003-1047-4333

¹Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, Brasil. 17033-360 - dchu.faac@unesp.br

²Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil. 78060-900 - dses.ichs@ufmt.br

³Universidade Federal de Pará, Belém, PA, Brasil. 66075-110 - secretaria@ppgdufpa.com.br



ref

As associações entre tecnologias, corpos, informação, gênero e sexualidades não normativas não ocorrem por acaso; ao contrário, elas estão profundamente conectadas ao modelo do capitalismo de vigilância (Shoshana ZUBOFF, 2021). Baseado na extração massiva de dados digitais, este modelo econômico e comunicacional reforça desigualdades estruturais e molda práticas de controle sobre corpos e subjetividades, intensificando dinâmicas de dominação, exploração e opressão historicamente vinculadas ao colonialismo. No Sul Global, esse processo assume características particulares, funcionando como um laboratório do extrativismo de dados (Nick SRNICEK, 2018), no qual corpos racializados, generificados e marcados pela dissidência sexual são alvos preferenciais de vigilância e monetização, reproduzindo lógicas de predação, de descarte e de abjeção (Mariah SILVA, 2021).

Atentas aos riscos e limites da cultura da conectividade (José Van DIJCK, 2013), as contribuições desta Seção Temática inserem-se nesse debate ao problematizarem como a plataformização da vida e os dispositivos algorítmicos atuam como ferramentas de controle, mas também como espaços de contestação. A Seção Temática é composta por seis (6) artigos de autoria de pessoas feministas de distintas áreas de conhecimento, como Antropologia, Comunicação Social, Artes Visuais, Educação e Serviço Social. Os artigos desta Seção Temática, inspirados em Michel Foucault (1979), investigam como os mecanismos de rastreamento de dados e os algoritmos presentes nas plataformas digitais moldam os dispositivos de sexualidade e gênero, especialmente no contexto do Sul Global, onde corpos racializados, generificados e dissidentes são submetidos a formas particulares de vigilância e controle.

Uma questão guiou as elaborações teóricas compartilhadas aqui: (i) Quais têm sido as respostas críticas elaboradas por reflexões acadêmicas e ativistas do Sul Global frente ao capitalismo de vigilância, ao extrativismo de dados e ao colonialismo de dados? De forma abrangente e, ao mesmo tempo, tematizada, buscamos responder esta questão, sem, contudo, esgotar o debate. Com esse conjunto de textos, busca-se atualizar o debate feminista em um campo tão recente quanto disputado, no qual as resistências têm se articulado em uma arena de disputas assimétrica. São debates que procuram perturbar a crença em saídas meramente tecnológicas para as desigualdades e iniquidades planetárias, sem, contudo, caminhar para uma posição tecnofóbica.

Ao acompanharmos o argumento de Catherine D'Ignazio e Lauren F. Klein (2023), os artigos que compõem esta Seção Temática também encaram a ciência de dados como uma forma de poder, sobretudo por estarem, até o presente, majoritariamente na mão de homens, jovens,

quase sempre brancos e alocados em *Big Techs* (Evgeny MOROZOV, 2018) do Norte Global. O pensamento crítico feminista, transfeminista e queer tem contribuído e se comprometido a pensar o capitalismo de vigilância, o rastreamento de dados e a produção de tecnologias digitais como uma pauta contemporânea para a teoria e o ativismo feminista, engajados com a equidade entre os gêneros, a justiça distributiva, assim como com o hackeamento do “cistema digital” (SILVA, 2021), oferecendo linhas de fuga às suas capturas que possam desafiar a distribuição de poder e desmontar desigualdades em todos os âmbitos, incluindo o da produção de conhecimento.

O primeiro artigo, de autoria de Graciela Natansohn e Susana Morales (2025), intitulado *Apropiación de tecnologías digitales con perspectiva interseccional*, abre a Seção Temática revisitando o conceito de apropriação tecnológica em diálogo com as noções de colonialidade digital e interseccionalidade. Ao contornarem a noção de apropriação das tecnologias digitais, adquirida no campo das ciências sociais a partir dos anos 1990, as pesquisadoras demonstram o paradoxo entre a extensão e a ubiquidade adquiridas por estas tecnologias, assim como o uso estratégico disso por organizações e movimentos sociais empenhados na democratização da internet. Inspirando-se em Cathy O’Neil (2018), suas análises apontam para a maneira como algoritmos reproduzem e intensificam preconceitos, ao mesmo tempo que identificam práticas feministas, antirracistas e decoloniais que desestabilizam essas estruturas e visam ao desenvolvimento de uma internet feminista.

Essas iniciativas latino-americanas desafiam diretamente o modelo do capitalismo de plataformas (SRNICEK, 2018), baseado na relação de intermediação que as plataformas desenvolvem entre produtores e consumidores, ampliando a concentração de poder, pois propõem formas alternativas de organizar o trabalho e de construir tecnologias. São exemplos concretos de resistência que confrontam o monopólio dos dados mantido por grandes corporações globais, muitas vezes associadas a dinâmicas de colonialismo digital.

A precarização do trabalho e a concentração de poder nas mãos de um reduzido número de empresas que controlam as plataformas digitais mais importantes criam uma nova forma de oligopólio. Nesta mesma seara, Zuboff (2021) reitera que a vigilância se faz no monitoramento contínuo das *Big Techs*, que buscam prever nossas ações e necessidade e através dessas predições manipulam nossos comportamentos com intuito de maximizar os seus lucros, restringindo nossa autonomia e capacidade de autodeterminação.

Isso ilustra o que Srnicek (2018) denominou por lógicas de extração de valor nas plataformas, as quais devem ser enfrentadas por uma coletivização das plataformas. Ancorado nessa utopia hacker queer ativista, em *Perfis queer e pós-vigilância*, o pesquisador Felipe San Martín (2025), ao queerizar o debate, introduz o conceito de vigilância queer para analisar como algoritmos moldam e categorizam subjetividades desde os anos 1970. Em um cenário de pós-vigilância, as práticas de perfilamento não apenas capturam corpos queer, mas reconfiguram os dispositivos de sexualidade (FOUCAULT, 1979). O pesquisador está em conexão com Zuboff (2021) e Srnicek (2018), conectando a relação entre poder e controle na era digital, mas também fortalecendo elementos que apontam para construção de resistência. San Martín (2025) analisa como as estruturas de poder moldam as experiências individuais e coletivas, investigando o poder das normas sociais e das identidades. Se em Zuboff (2021), a resistência se apresenta na luta por privacidade e na defesa da autonomia, para San Martín, a resistência não é somente uma resposta à opressão, mas também uma força que permite a construção de novos mundos. Ao questionar as normas e as hierarquias, a resistência abre caminho para a emergência de outros processos de subjetivação e novas formas de organização social.

Também atenta aos processos de construção de resistência, o artigo de Bruna Andrade Irineu intitulado *Sentidos do trabalho para LGBTQIAPN+ e a agenda de diversidade no LinkedIn* problematiza a circulação de noções de diversidade e equidade no ambiente corporativo, destaca a manipulação discursiva em torno do *pinkwashing*. A pesquisadora observa que a reputação digital está no centro da “economia psíquica dos algorítmicos” (Fernanda BRUNO; Anna Carolina BENTES; Paulo FALTAY, 2019), produzindo desejos “individuais” e “corporativos” nesse chamado laboratório de plataformas.

Entre discursos corporativos sobre diversidade e relatos de si (Judith BUTLER, 2015) enunciados nas postagens da rede *LinkedIn*, Irineu (2025) revela como essas narrativas muitas vezes mascaram práticas de exclusão, ao mesmo tempo que abrem espaços para narrativas de resistência. Nas tramas da pesquisa digital, se evidencia como usuárias da plataforma têm incidido na circulação de noções sobre diversidade, equidade e inclusão, e ao mesmo tempo como esses relatos de si dão significados ao trabalho. Ao contornar o conceito *pinkwashing*, a autora oferece uma crítica *queer marxista*, convocando ativistas e acadêmicas à responsabilidade ética na construção de outros modos de vida em meio às contradições das plataformas. Afinal, como afirmam Guilherme Ferreira e Irineu (2024), o capitalismo não incide apenas nas condições de vida da população, mas especialmente em seus modos de viver a vida, reiterando um determinado modelo de família, fortalecendo o individualismo e a competitividade acima da coletividade e da solidariedade.

Em *Lesbianidades, sapatonices e plataformas digitais no Brasil*, Juliana Motter (2025) apresenta um mapeamento preliminar das formas como as plataformas digitais têm impactado a (re)produção das lesbianidades e sapatonices. No artigo, examina como essas plataformas tanto perpetuam a lesbofobia quanto contribuem para a construção de novos entendimentos acerca das lesbianidades e sapatonices. Além disso, a pessoa autora identifica como os processos de colonialidade de dados e tecnologias intensificam as discriminações simbólicas e materiais contra lésbicas e sapatonas. O foco da pesquisa se localiza na incidência desses processos em plataformas do Vale do Silício presentes em países da América Latina, com ênfase no Brasil, como o Instagram, o ChatGPT e o buscador do Google. Motter (2025) apresenta compreensão sobre as maneiras como os algoritmos e outros elementos presentes nas plataformas digitais contribuem para a construção dos dispositivos de sexualidade e gênero, conforme elucidados por Foucault (2014). No artigo, se mostra como plataformas como Instagram e Google não apenas reproduzem lesbofobia, mas também criam novos entendimentos e práticas, ampliando a agência política de lésbicas e sapatonas.

Essas discussões sobre o impacto das plataformas digitais sobre lesbianidades e sapatonices no Brasil conectam-se ao trabalho de Mariah Rafaela Silva e Sara Wagner York (2025), que aborda as tecnologias de reconhecimento facial nas chamadas "cidades inteligentes". As pesquisadoras apresentam, em *Vigilantismo e periferização smart: uma abordagem transfeminista*, uma análise acerca dos projetos de segurança pública no Rio de Janeiro, demonstrando como, nos últimos anos, têm sido promovidos como soluções para a violência, sendo usados como instrumentos por setores conservadores. Silva e York (2025), dialogando com Morozov e Francesca Bria (2020), problematizam a retórica tecnocrática que justifica o uso de tecnologias de vigilância urbana enquanto marginaliza pessoas trans e não binárias, convertendo-as em alvos de violência estrutural.

Tais iniciativas falham em reduzir a violência, o que, para Silva e York (2025), intensifica o controle sobre populações periféricas, em especial pessoas negras e LGBTQIAPN+, com um foco acentuado em pessoas trans e travestis. O uso de tecnologias de reconhecimento facial e algoritmos de vigilância amplia as desigualdades sociais, marginalizando ainda mais essas populações. Esse fenômeno, aqui descrito como "periferização smart", evidencia o fracasso dessas tecnologias em promover segurança e inclusão reais, especialmente no contexto das chamadas "cidades inteligentes". O estudo critica a eficácia dessas tecnologias e expõe como as políticas de segurança, sob a retórica de inovação tecnológica, perpetuam a exclusão social e o controle.

Ao articular esses estudos, fica evidente que o capitalismo de vigilância opera como um dispositivo de controle que redefine as noções de corpo, gênero e subjetividade no contexto digital. No entanto, como D'Ignazio e Klein (2023) argumentam, as desigualdades algorítmicas podem ser desafiadas por meio de abordagens interseccionais que visem redistribuir o poder e descolonizar as tecnologias. Essa perspectiva ressoa no artigo de Larissa Pelúcio e Eduarda Motta (2025) sobre os *menstruapps*, que evidenciam como essas plataformas se apropriam de linguagens feministas e queer para comercializar corpos e dados, reforçando o ciclo de vigilância algorítmica. Em *Não binariedade nos menstruapps – paradoxos entre visibilidade e vigilância queer*, Pelúcio e Motta (2025) constituem uma análise na interseção entre os debates contemporâneos de gênero e a busca capitalista por novos produtos e mercados. Na análise dos dois calendários menstruais digitais (*Clue* e *Flo*) mais populares atualmente, as pesquisadoras problematizam as investidas desses apps na gramática não binária a partir de uma crítica sobre algoritmização e vigilância queer. Pelúcio e Motta (2025) acreditam que, em tempos de capitalismo de vigilância, estamos lidando com outros "problemas de gênero" (BUTLER, 2003), onde corpos físicos e corpos de dados são cada vez mais indissociáveis.

Em termos conclusivos, essa Sessão Temática não apenas mapeia as dinâmicas de controle impostas pelas plataformas digitais, mas também destaca práticas de resistência que re-imaginam os usos das tecnologias digitais em chave emancipatória. Os feminismos antiessencialistas (Paul B. PRECIADO, 2018), em especial os feminismos negros, anticoloniais e decoloniais, o transfeminismo e a teoria queer oferecem ferramentas críticas indispensáveis para desestabilizar o monopólio das *Big Techs* e construir alternativas que priorizem equidade e justiça social. Como mostram os textos aqui reunidos, a tecnopolítica contemporânea é, ao mesmo tempo, um campo de opressão e um espaço de luta, em que as resistências interseccionais emergem como caminhos potentes para a construção de futuros mais plurais, justos e democráticos.

Referências

- BRIA, Francesca; MOROZOV, Evgeny. *A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia*. São Paulo: Ubu, 2020.
- BRUNO, Fernanda Glória; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. "Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento". *Revista Famecos*, v. 26, n. 3, p. e33095-e33095, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

D'IGNAZIO, Catherine; KLEIN, Lauren F. *Data feminism*. Cambridge: MIT Press, 2023.

FERREIRA, Guilherme Gomes; IRINEU, Bruna Andrade. *Diversidade sexual e de gênero e marxismo*. São Paulo: Cortez, 2024.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 18 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

IRINEU, Bruna Andrade. "Sentidos do trabalho para LGBTQIAPN+ e a agenda de diversidade no LinkedIn". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, 2025.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu, 2018.

MOTTER, Juliana. "Lesbianidades, sapatonices e plataformas digitais no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, 2025.

NATANSOHN, Graciela; MORALES, Susana. "Apropiación de tecnologías digitales, límites y posibilidades". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, 2025.

O'NEIL, Cathy. *Armas de destrucción matemática: cómo el big data aumenta la desigualdad y amenaza la democracia*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2018.

PELÚCIO, Larissa; MOTTA, Eduarda Albrechete. "Não binariedade nos *menstruapps* – paradoxos entre visibilidade e vigilância queer". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, 2025.

PRECIADO, Paul B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1, 2018.

SAN MARTÍN, Felipe Rivas. "Perfis queer e pós-vigilância". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, 2025.

SILVA, Mariah Rafaela; YORK, Sara. "Vigilantismo e periferização *smart*: uma abordagem transfeminista". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, 2025.

SILVA, Mariah Rafaela. "Orbitando Telas". *Revista Sur*, ed. 31, 2021.

SRNICEK, Nick. *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja negra, 2018.

VAN DIJCK, José. "'You have one identity': Performing the self on Facebook and LinkedIn". *Media, culture & society*, v. 35, n. 2, p. 199-215, 2013.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Larissa Pelúcio (larissa.pelucio@unesp.br; larissapelucio@gmail.com) é livre-docente em Estudos de Gênero, Sexualidade e Teorias Feministas (2019) e professora Associada na UNESP-Bauru (Universidade Estadual Paulista), onde leciona Antropologia. Credenciada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FAAC-UNESP, realizou pós-doutorados no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e na Université Paris 8. Líder do Grupo de Pesquisa Transgressões (CNPq), investiga corporalidades, gênero, sexualidade e mídias contemporâneas. Autora dos livros *Abjeção e Desejo* e *Amor em Tempos de Aplicativos* (Annablume/Fapesp), além de artigos sobre teorias decoloniais, feminismos e tecnopolíticas. Bolsista Produtividade (PQ2).

Bruna Andrade Irineu (bruna.irineu@ufmt.br; brunairineu@gmail.com) é Professora Associada no Departamento de Serviço Social dos Programas de Pós-Graduação em Política Social e em Saúde Coletiva na UFGM (Universidade Federal de Mato Grosso). É Bolsista Produtividade PQ-2 do CNPq. É assistente social bacharel pela UFGM, mestre em Sociologia pela UFG (Universidade Federal de Goiás), doutora em Serviço Social pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), onde também concluiu pós-doutorado, com bolsa PDJ/CNPq. Desenvolveu Estágio Pós-doutoral no College Staten Island – CUNY, com apoio do Programa Estratégico de

Cooperação Internacional do CNPq. Obteve um Junior Faculty Member Award da Fulbright Foundation. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero (NUEPOM). É coautora do livro *Diversidade sexual e de gênero & Marxismo* (Editora Cortez); e autora de: *Nas tramas das políticas públicas LGBT – um estudo crítico acerca da experiência brasileira* (2003-2015) (EdUFMT).

Mariah Rafaela Silva (mariah.silva@icj.ufpa.br; mariah.rafaela.silva@gmail.com) possui pós-doutorado em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPA. É doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas e bacharel em História da Arte pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Consultora e ponto focal SOGIESC, no Banco Mundial, foi Sakharov Fellow pelo Parlamento Europeu em 2023. Atua como pesquisadora e ativista nas áreas de gênero, sexualidade, artes e políticas de subjetivação. Foi professora na UFRJ e intercambista na Universidade Nova de Lisboa. Atualmente, é Professora Visitante na UFPA e autora do livro *Zonas de Te(n)são entre desejo e nojo*, publicado em 2023.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

PELÚCIO, Larissa; IRINEU, Bruna Andrade; SILVA, Mariah Rafaela. "Corpos dissidentes, plataformação e vigilância algorítmica". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, e104289, 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

Larissa Pelúcio é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Bruna Andrade Irineu é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 17/12/2024

Aceito em 19/12/2024

